

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

ORDEM DO DIA PARA A 68ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL EM 18 DE AGOSTO DE 2021

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

- 1 Votação adiada Projeto de lei nº 574, de 2016, de autoria da deputada Márcia Lia. Dispõe sobre o direito das unidades familiares homoafetivas nos programas desenvolvidos pelo Estado. Pareceres nºs 1453, de 2017, e 1389, de 2019, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais, favoráveis.
- 2 Votação Projeto de lei nº 42, de 2021, de autoria dos deputados Paulo Fiorilo e Marina Helou. Torna obrigatória a publicação de dados a respeito dos lotes de vacinação e da população vacinada no âmbito do Plano Estadual de Imunização contra a Covid-19. Parecer nº 228, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações do Trabalho e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.
- 3 Votação Projeto de lei nº 176, de 2021, de autoria dos deputados Murilo Felix e Patricia Bezerra. Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Saúde Emocional a Vítimas da Covid-19. Parecer nº 548, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

PROPOSIÇÕES QUE INDEPENDEM DE PARECER MAS DEPENDEM DE DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

- 1 Discussão e votação Requerimento propondo que seja dada tramitação em regime de urgência ao Projeto de lei nº 225, de 2021, de autoria da deputada Janaina Paschoal, que disciplina a prática da esterilização voluntária.
- 2 Discussão e votação Requerimento propondo que seja dada tramitação em regime de urgência ao Projeto de lei nº 292, de 2021, de autoria da deputada Patricia Bezerra, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Suporte Emocional para Crianças e Adolescentes nas Escolas Públicas do Estado de São Paulo.
- 3 Discussão e votação Requerimento propondo que seja dada tramitação em regime de urgência ao Projeto de lei nº 372, de 2021, de autoria do deputado Ricardo Mellão, que altera a Lei nº 10.294, de 20 de abril de 1999, que dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público.